

**ATA 18/2019**  
**Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019**  
**Pública**



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 18/2019**  
**Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019**  
**Pública**

**Início da reunião: 15,10 horas**

**Términos da reunião: 18,00 horas**

### **Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:**

**Presidente:** João Duarte Anastácio de Carvalho

**Vereadores:** Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira

José António da Costa Tomé

António Augusto Baptista Antunes

Carla Maria Pereira Custódio

João José da Silva Serra

Hernâni Luís Henriques Santos

### **Responsável pela elaboração da ata:**

**Nome:** Sandra Marisa Nunes Domingos de Moura Teles

**Cargo:** Assistente Técnico



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

### ABERTURA DA ACTA

----- Aos 26 dias do mês de junho de 2019, no Salão Nobre do Edifício Paços do Município, pelas 15,10 horas, o Sr. Presidente da Câmara, João Duarte Anastácio de Carvalho, declarou aberta a reunião, estando presentes os Srs. Vereadores Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira, José António da Costa Tomé, António Augusto Baptista Antunes, Carla Maria Pereira Custódio, João José da Silva Serra e Hernâni Luís Henriques Santos, na qual foram tratados os seguintes assuntos:

**OUTROS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ PRESENTES:** Dr. **Constantino Rodrigues Carvalho**, Chefe da Divisão de Administração Geral.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO (Nº 2 do art.º 49º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):** A Câmara deliberou iniciar a reunião com o Período de Intervenção Aberto ao Público, tendo-se registado as seguintes inscrições:

**Nome:** João Nunes Maria Alves

**Assunto:** Quer saber o motivo pelo qual vai haver demolição no n.º 64 da Rua de Santo António – Casais das Campainhas

O munícipe **João Nunes Maria Alves** referiu que: **a)** a Câmara remeteu-lhe um ofício, há 2 meses, a transmitir que as obras clandestinas levadas a cabo no n.º 64 da Rua de Santo António – Casais das Campainhas iriam ser demolidas. No entanto, até à data, nada foi demolido e o infrator continua a fazer obras no local. O **Chefe da DOTUA** informou que o respetivo processo encontra-se na DSO – Divisão Serviços Operacionais para efeitos de orçamentação. Entretanto, falou com o Chefe da DSO e o mesmo transmitiu-lhe que o respetivo orçamento não tinha sido ainda elaborado. Portanto, terá que haver uma orçamentação para se poder tomar posse administrativa com vista à aludida demolição. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que a demolição não foi feita pelo infrator como deveria ter sido. Deste modo, será a Câmara a executar a expensas do mesmo. Mas antes têm que efetuar os procedimentos que legalmente estão estabelecidos. O munícipe **João Nunes Maria Alves** referiu que no nº4 da Travessa dos Moinho – Casal das Campainhas também foram edificadas obras ilegais; **b)** estão a ser executadas obras na estrada da Triperú, mais concretamente, a abertura de valetas. Ora, tal situação impede-o de entrar com a sua viatura na sua propriedade, dado que foi deixado na mesma um amontoado de terra. O Sr. **Presidente da Câmara** informou que ir-se-á asfaltar a respetiva estrada. Deste modo, com o decorrer dos trabalhos a terra será retirada, assim como será garantida a entrada para os



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

terrenos; b) Disse que no Nadrupe furaram a tubagem do esgoto, que agora está a despejar para o rio. O Sr. **Presidente da Câmara** informou que esse assunto já foi sinalizado e está a ser tratado, prevendo-se a sua resolução para breve.

### ----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Sr. **Presidente da Câmara** usou da palavra para apresentar o seguinte assunto:

**1º - Reuniões de Câmara para o mês de julho de 2019:** Colocou à consideração da Câmara a realização das reuniões de Câmara, para o mês de julho de 2019, da seguinte forma:

DIA	HORA	TIPO	LOCAL
10.07.2019	09,30 HORAS	ORDINÁRIA	SALA DE REUNIÕES DO ÓRGÃO EXECUTIVO
31.07.2019	15,00 HORAS	ORDINÁRIA (PÚBLICA)	SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO

----- A Câmara concordou. Assim, deverão considerar-se, desde já, convocados, para as acima referidas reuniões, todos os membros do Órgão Executivo.-----

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Vanda Oliveira** usou da palavra para apresentar o seguinte assunto:

**1.º - Reunião Pública de 28.05.2019 – Intervenção da munícipe Ana Cristina Rua:** Referiu que na reunião de Câmara de 28.05.2019, no período aberto ao Público, houve uma intervenção da munícipe Ana Cristina Rua sobre obras ilegais junto à residência da munícipe, sita na Rua das Barrocas – Casal das Barrocas – Moita dos Ferreiros, tendo sido levantado um auto de notícia no dia 29.05.2019. Consequentemente, no âmbito da audiência prévia do interessado, todos os elementos do órgão executivo receberam um email do visado. No aludido email são apresentadas alegações sobre a execução das respetivas obras. Portanto, o auto de notícia foi levantado no dia 29.05.2019, tendo o particular sido notificado no dia 11.06.2019 e o mesmo apresentou a respetiva exposição, no âmbito da audiência prévia dos interessados, no dia 18.06.2019. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que não tem presente o respetivo email, mas, provavelmente, a aludida exposição encontra-se nos serviços a seguir os trâmites normais. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Vanda Oliveira** referiu que o particular alega que as obras foram levadas a cabo com o consentimento do funcionário municipal que esteve no local. Agora, desconhece qual é o entendimento no sentido de sanar esta situação, tendo em conta aquilo que o particular escreveu, nomeadamente, o mesmo alega que 15 dias antes de ser notificado pela Câmara esteve no local um funcionário da Câmara que lhe disse que não era necessário



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

licenciar o muro face à sua altura. Agora a Câmara notifica-o transmitindo que a aludida construção carece de licenciamento, estando neste momento as obras paradas. Deste modo, solicitou informação sobre esta situação, estando em causa um funcionário da Câmara. Portanto, considera que é pertinente chamar à presença do Órgão Executivo o Chefe da DOTUA ou o funcionário que esteve no local, para que possam ouvir aquilo que os mesmos têm a dizer sobre este assunto. Referiu que é desejável que esta matéria seja conduzida da melhor forma, sob pena deste problema prolongar-se e, por exemplo, na próxima reunião pública a queixosa estar novamente presente. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que iria chamar o Fiscal Municipal para que o mesmo possa prestar informações sobre esta situação em sede de reunião de Câmara. Reiterou que não tem presente o email que a Vereador Vanda Oliveira referiu, mas, eventualmente, já mereceu um despacho da sua parte, estando o mesmo nos serviços para ser alvo de uma análise, no âmbito do respetivo processo. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Vanda Oliveira** referiu que na exposição apresentada pelo particular é pedido que a Câmara lhe indique aquilo que terá que fazer agora, sendo que o normal é que tivesse havido ou haja um processo de licenciamento. Agora, as alegações que o particular apresenta põem em causa a ação de um funcionário municipal, embora seja relativo, porque podem não corresponder à verdade. Contudo, é necessário que esta situação seja clarificada.

O **Chefe da DAG**, após ter feito diligências para que o Fiscal Municipal prestasse informações sobre esta matéria na presente reunião de Câmara, apurou que o mesmo encontra-se de férias. Por conseguinte, o mesmo não se encontra presente para prestar informações sobre as afirmações que foram proferidas pelo autor das obras, mais concretamente, declarou que o Fiscal Municipal tinha-lhe transmitido que as respetivas obras não careciam de licença. Agora, em relação às obras, ele (Chefe da DAG) pode informar que as mesmas carecem, efetivamente, de licenciamento, tendo sido para o efeito levantado um auto de notícia, dando origem a um processo de contraordenação. Deste modo, falta só saber aquilo que o Fiscal Municipal disse realmente ao autor das obras. No entanto, isso para o Auto propriamente dito não tem relevância, dado que o Auto foi levantado com base numa obra ilegal. A Sr.<sup>a</sup> **Vanda Oliveira** referiu que no ofício que a Câmara remeteu para o autor das obras foi-lhe concedido um prazo de 15 dias para que o mesmo apresentasse as suas alegações. Nessa medida o autor das obras apresentou os seus argumentos dentro do prazo indicado. Deste modo, questionou o que irá suceder a seguir. O **Chefe da DAG** informou que agora irá para decisão, cujos processos de contraordenação são instruídos na assessoria jurídica da Câmara. Em relação ao embargo da obra o processo é conduzido pela DOTUA,



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 18/2019**  
**Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019**  
**Pública**

assim como sobre a possibilidade das obras em causa poderem ser legalizadas/licenciadas. Portanto, trata-se de processos diferentes. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Vanda Oliveira** questionou se dentro de um mês o processo de contraordenação já estará concluído. O **Chefe da DAG** referiu que, provavelmente, estará concluído, mas irá depender das diligências que têm que ser feitas (Ex. auscultação de testemunhas) e também do volume de trabalhos dos juristas.

**2.º - Homologação das contas de gerência do ano de 2011:** Referiu que receberam um email da Câmara sobre algumas recomendações do Tribunal de Contas, sendo que uma delas tem a ver com a homologação das contas de gerência do ano de 2011. Mas, para além disso, quer apresentar as seguintes questões: **1.º** - Em relação às recomendações, foi dado um prazo de 6 meses à Câmara para dar cumprimento às mesmas, com comunicação posterior ao Tribunal de Contas. Assim, perguntou se na presente data isso já aconteceu; **2.º** - Nas aludidas recomendações foi transmitido que todos os elementos do Executivo Municipal deveriam ser informados do teor do relatório. Deste modo, questionou: por que razão o relatório, tendo a data de 14.02.2017, do seu teor só foi dado conhecimento ao Órgão Executivo no dia 21.06.2019. O **Chefe da DAG** referiu que existiu um lapso, tanto na comunicação ao Órgão Executivo do teor do relatório, como na comunicação ao Tribunal de Contas. Mas, na presente data, já todas as recomendações remetidas pelo Tribunal de Contas em 2017 encontram-se sanadas, tendo sido respondido a esta entidade no corrente ano.

**3.º – Email do Movimento Português de Prevenção do Electromog sobre LED azuis:** Referiu que todos os elementos do Órgão Executivo receberam no dia 09.06.2019 um email do MOPPE - Movimento Português de Prevenção do Electromog a alertar para o seguinte: se as LED azuis forem aplicadas sem o difusor ou filtro geram aquilo que é classificado internacionalmente como emissão de radiação óptica de categoria 2 (provavelmente cancerígena). Assim sendo, em relação ao teor do respetivo email, questionou ao Sr. Presidente da Câmara sobre a opinião que tem sobre o mesmo. Também, uma vez que estão agora a aplicar luminárias com tecnologia LED no Concelho, gostava de saber se a aplicação das aludidas luminárias, face aos componentes utilizados, têm alguma coisa a ver com aquilo que é transmitido no email remetido pelo MOPPE ou não. Segundo percebeu tem a ver com a colocação de um difusor ou filtro, cuja situação faz com que as pessoas fiquem protegidas. Trata-se de um alerta que foi remetido para os municípios pela MOPPE, daí estar a apresentar esta questão. É verdade que a sustentabilidade e a inovação é o caminho a seguir em termos de futuro, mas, na sua opinião, não pode ser à custa da saúde das pessoas. O Sr. **Presidente da Câmara** contactou telefonicamente o responsável pela colocação das luminárias de



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

tecnologia LED no Concelho, tendo o mesmo informado que não há evidências, nem estudos, de que as LED azuis trazem prejuízos para a saúde das pessoas. O Sr. **Presidente da Câmara** solicitou ao aludido responsável que elaborasse uma informação por escrito para que esta matéria pudesse ser analisada, oportunamente, pelo Órgão Executivo com mais detalhe. O Sr. Vereador **António Augusto Antunes** referiu que o documento da MOPPE não é contra as LED. Tem a ver com uma determinada tecnologia ao nível de LED na faixa do 5000K, aonde não são aplicados difusores por uma questão económica. É isto que está em causa, dado que o aludido sistema caso não esteja protegido pode provocar consequências graves para a saúde e para o ambiente. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Vanda Oliveira** referiu ainda que como a respetiva luminosidade é mais baixa muitas vezes retiram o filtro para que a luz seja mais intensa, cuja situação pode, efetivamente, não ser benéfica para as pessoas em relação à saúde.

**4.º - Centro Coordenador de Transportes da Lourinhã:** Referiu que o Sr. Presidente da Câmara no dia do município disse que o Centro Coordenador de Transportes, entretanto, iria ser alvo de uma intervenção por parte da Câmara. No entanto, tinha ficado com a ideia que o modelo que iria ser usado era idêntico ao modelo que já foi utilizado noutros edifícios municipais, nos quais foram colocados painéis solares por uma empresa, no âmbito de um protocolo que foi celebrado, isto é, a respetiva empresa, aquando da colocação dos respetivos painéis, suportaria as obras que fossem necessárias, dado que, inclusivamente, salvo erro, estavam abrangidas por uma candidatura ou algo do género. Deste modo, questionou se as respetivas obras são suportadas pela Câmara. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que, em relação ao Centro Coordenador de Transportes, pretende-se honrar o contrato que existe com a FIRSTRULE para ligação à rede. Nesse sentido, a Câmara decidiu responsabilizar-se pela intervenção a nível exterior. Também existe interesse que esta obra seja executada pela Câmara face à questão das rendas que a empresa irá pagar à Câmara. O concurso era para ter já avançado, mas estão a decorrer imensos concursos. Por conseguinte, ainda não foi possível lançar o respetivo procedimento concursal. Mas, pretendem que a respetiva intervenção exterior seja feita durante o verão, para que, em setembro ou outubro, sejam feitas as devidas ligações, de modo a que o contrato possa ser cumprido, dando a Câmara condições para o efeito. Relativamente às obras no interior, referiu que só haverá condições para executá-las no próximo ano.

**5.º - Protocolo de Geminção entre o Município da Lourinhã e o Município de Bad Liebenzell:** Referiu que considera importante a celebração do referido protocolo, atendendo aos emigrantes lourinhanenses que residem naquele município alemão, assim como pela



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

partilha de conhecimento, cultura, experiências e pelo intercâmbio empresarial, cuja ação já existe com outras geminações mantidas pelo Município da Lourinhã. Efetivamente, consideram que estas geminações são de grande importância. Contudo, nunca manifestaram publicamente esta posição, relativamente à geminação com Bad Liebenzell. Deste modo, declarou que desejam que fique registado em ata que os vereadores do PSD estão empenhados em colaborar, dado que reconhecem a elevada importância destas geminações. Consideram, efetivamente, que é importante que existam as respetivas geminações, pelo que quando as mesmas são concretizadas devem ser bem desenvolvidas. Tem 3 questões relacionadas com esta matéria e pede que lhe sejam dadas as respetivas respostas. Portanto, o Sr. Presidente da Câmara, em relação ao aludido Protocolo, transmitiu uma mensagem no dia do município, que passa a citar: “ *O Protocolo de Geminação com Bad Liebenzell é uma manifestação de respeito pela atividade profissional, associativa e política.*” Os vereadores do PSD estão, como já frisou, completamente de acordo, mas há aqui alguns pormenores que colocam em questão. Deste modo, pede ao Sr. Presidente da Câmara que especifique aquilo que entende por uma manifestação de respeito pela atividade política em relação ao aludido protocolo. Também solicita que esclareça os vereadores do PSD quais foram os critérios que foram considerados na organização do respetivo Protocolo, assim como, em relação à deslocação à Alemanha, para a constituição da comitiva lourinhanense que representou o concelho. Como o Sr. Presidente da Câmara sabe ela (Vanda Oliveira) solicitou, na última reunião de Câmara, a lista das pessoas que integraram a aludida comitiva, tendo a mesma sido facultada. Também pediu que lhe informem sobre qual foi o custo do transporte, sendo que a estadia foi garantida pelos conterrâneos que residem em Bad Liebenzell. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que o município pagou a viagem às pessoas que integraram a comitiva institucional do município, mais concretamente, Presidente da Câmara, Vereador João Serra, Presidente da Assembleia Municipal, funcionários Mafalda Teixeira e Paula Pimenta, Comandante dos Bombeiros, Presidente da Direção dos Bombeiros, Presidente da Direção do SCL, Padre Ricardo Franco, Rodrigo Maurício e João Delgado da Colegiada. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Vanda Oliveira** referiu que se tratou de uma comitiva do município. Deste modo, se foram convidados, faz sentido que tenha sido o município a pagar os custos com a viagem. É uma situação que nem sequer questiona. Agora, questiona por que razão o município não pagou também a viagem às outras pessoas que integraram a comitiva. O Sr. Vereador **José Tomé** referiu que foi o critério adotado. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Vanda Oliveira** referiu ainda que quer perceber por que razão foram estas pessoas que constam na lista e não foram outras. O Sr.<sup>o</sup> Vereador **José Tomé** referiu





## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

que houve pessoas que também participaram na viagem, face às relações pessoais que têm em Bad Liebenzell. Portanto, as mesmas foram no mesmo voo e acompanharam toda a situação. Mas as pessoas que integram, realmente, a comitiva institucional foram aquelas que o Presidente da Câmara mencionou. Em relação às outras pessoas os custos foram assumidos pelas mesmas. Estando presente o secretário David Margarido, do Gabinete de Apoio do Órgão Executivo, o mesmo informou o seguinte: foi reservado um voo para a comitiva institucional que o Sr. Presidente da Câmara referiu. Posteriormente, existiu um conjunto de pessoas com afinidades em Bad Liebenzell que manifestaram o desejo de integrarem também a viagem. Deste modo, por questões logísticas, deslocaram-se no mesmo voo, mas não fizeram parte da comitiva institucional. Ora, na lista que foi entregue à Vereadora Vanda Oliveira consta a totalidade das pessoas que foram a Alemanha, isto é, não é a lista da comitiva institucional, cujas pessoas já aqui foram referidas. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Vanda Oliveira** solicitou que, quando for possível, fosse fornecida a informação sobre o custo que o município suportou com esta deslocação. Referiu ainda que falta o Sr.<sup>o</sup> Presidente da Câmara esclarecer a frase que preferiu no dia 24.06.2019 sobre o respetivo protocolo de geminação. O Sr. **Presidente da Câmara** informou que cada passagem custou 265,00 €. Relativamente à sua frase, esclareceu que já foi à Alemanha 3 vezes e nunca sentiu uma tão forte presença lourinhanense como em Bad Liebenzell, dado que residem neste município alemão 470 portugueses. Também, quando, acerca de 2 ou 3 anos, esteve na Lourinhã uma comitiva de Bad Liebenzell, os alemães manifestaram que gostavam muito da forma de ser e de estar dos lourinhanenses. Nesta relação com este município Alemão nunca houve qualquer tipo de política subjacente, e os alemães prezam muito esta postura por parte dos lourinhanenses. Salientaram ainda o facto de terem sido muito bem tratados e com muita transparência. Existe, inclusive, uma grande proximidade como os dois municípios trabalham no que concerne à proximidade com as respetivas populações. Portanto, existe aqui um conjunto de situações que têm sido benéficas na aproximação dos dois municípios e no respeito mútuo que tem existido.

**7.º - Inauguração dos Projetos da OPL – Orçamento Participativo da Lourinhã:** Referiu que no passado domingo inauguram projetos da OPL, embora ainda existam 2 em Ribamar que não estão terminados. Deste modo, perguntou se existe alguma previsão para o término do projeto “ Dos Dinossauros à Rocha” – Ribamar. O Sr. **Presidente da Câmara** informou que o João Maçarico, que apoiou o proponente deste projeto e a equipa do OPL em todo o processo de implementação e desenvolvimento do projeto, assumiu a responsabilidade em relação à implementação dos conteúdos digitais. No entanto, registou-se uma demora, apesar



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

de um dos responsáveis pelo OPL estar em contato permanente com o referido munícipe para que o trabalho fosse concluído. Entretanto, o João Maçarico foi para os Açores, cuja situação dificultou ainda mais a realização do respetivo trabalho. Mas irá pedir ao David Margarido, um dos responsáveis pelo OPL, para explicar com mais detalhe o que sucedeu. O técnico **David Margarido**, um dos responsáveis pelo OPL, referiu que o projeto “Dos Dinossauros à Rocha” foi entregue à população no passado dia 23 de julho de 2019. Apresentado na primeira edição do OPL, em 2015, contemplava um conjunto de intervenções, culminando na criação de um Percurso Pedestre (PR4) que vai desde o Mar (em Porto Dinheiro) até à zona verde da Rocha, passando pela vila de Ribamar. Aguarda-se a certificação do PR4 por parte da entidade oficial. O projeto encontra-se concluído, nomeadamente as intervenções no Antigo Posto da Guarda Fiscal, o acesso ao Rio do Povo, bem como a limpeza de trilhos, a inventariação de fauna, flora e geomorfologia e a criação de duas passagens (pontes pedonais) no vale da rocha. Quanto ao Posto Interpretativo dos Dinossauros, em Porto Dinheiro, onde se inicia o percurso, por se tratar de uma componente multimédia e inovadora, encontra-se em fase de testes. Irá contemplar um site com toda a informação referente ao percurso, uma *beachcam*, permitindo que qualquer pessoa possa em tempo real, verificar o estado do mar em Porto Dinheiro, componentes multimédia que irão retratar o aparecimento de dinossauros e outras informações de interesse para quem nos visita. Prevê-se que fique concluída até ao final do mês de julho.

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

**1.º - Inauguração de Escolas:** Referiu que foram inauguradas 3 escolas. Deste modo, em relação às mesmas, perguntou se todos os procedimentos encontram-se concluídos. O Sr. Vereador **João Serra** informou que os procedimentos relativos às 3 escolas inauguradas encontram-se devidamente concluídos, embora o processo só seja concluído quando a CCDR encerrá-lo definitivamente. Portanto, está concluído materialmente, mas este processo ainda irá demorar alguns meses a ficar totalmente encerrado, isto é, só será encerrado definitivamente quando toda a tramitação for analisada pela CCDR e forem feitas as respetivas auditorias. A Sr.ª Vereadora **Carla Custódio** referiu que, em relação aos pedidos de pagamento, no que concerne à Escola do Vimeiro, o município já recebeu as verbas na sua totalidade. Por outro lado, em relação às escolas da Marquiteira e do Seixal, ainda falta receber uma verba considerável. A escola do Vimeiro foi a última obra financiada em que trabalharam diretamente com a CCDR, cujos procedimentos, na sua opinião, eram mais céleres. Agora os procedimentos passam pela OesteCIM e só depois é remetido para a CCDR. Por conseguinte, em relação à escola da Marquiteira e do Seixal, como referiu, ainda têm uma verba



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

considerável para receber. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que, relativamente a estas obras, a Câmara já fez todos os pagamentos. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** questionou ainda o seguinte: em termos do valor previsto a suportar pela Câmara e o valor final houve uma grande diferença ou não. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Carla Custódio** referiu que os trabalhos a mais que se verificaram foram objeto de discussão e votação em sede de reunião de Câmara. O Sr. Vereador **António Augusto Antunes** questionou se os procedimentos estavam mais demorosos agora com a intervenção da OesteCIM. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Carla Custódio** respondeu afirmativamente. O Sr. Vereador **António Augusto Antunes** referiu que deveria ser o inverso. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Carla Custódio** referiu que quando se relacionavam diretamente com a CCDR agiam da seguinte forma: pagavam logo ao fornecedor e depois faziam o pedido de pagamento e, ao fim de cerca de 3 semanas, o dinheiro estava na conta do município. Agora, existe, por exemplo, um pedido de pagamento referente à escola da Marquiteira desde julho de 2018. E, em relação à escola do Seixal, até à data, não receberam qualquer verba. O Sr. Vereador **António Augusto Antunes** referiu que trata-se de uma situação inaceitável. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** questionou por que razão está a acontecer esta situação. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que tem a ver com os atrasos verificados ao nível do processo administrativo, face ao número elevado de municípios que estão a utilizar a mesma via. Mas esta situação já está sinalizada e pensa que, entretanto, os prazos para proceder aos respetivos pagamentos vão diminuir. Também se verificou uma alteração ao Pacto, cuja situação teve que ser validada em Bruxelas. Por conseguinte, este processo também fez com que houvesse atrasos. Portanto, os pagamentos que estão em atraso verificaram-se numa altura de transição, pelo que os procedimentos estão a ser afinados para suprir estas questões.

**2.º - Resposta do Presidente da Câmara na sessão da Assembleia Municipal de 19.06.2019 – Custo do alcatrão e asfaltamentos:** Referiu que, na sequência das intervenções dos presidentes de junta de freguesia de Ribamar e de Santa Bárbara, na sessão da Assembleia Municipal de 19.06.2019, sobre os asfaltamentos, o Sr. Presidente da Câmara respondeu, eventualmente por lapso, que o custo do alcatrão era 40,00 €/m<sup>2</sup>. Mas, o custo do alcatrão por m<sup>2</sup> não é, certamente, esse valor. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que quis dizer 40,00 € + IVA por tonelada, se for banda. Se for desgaste é mais caro. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu ainda que todos os autarcas presentes decerto que percorrem o concelho e observam que, em todas as freguesias, existem vias com necessidade de asfaltamento. Recorda a intervenção que foi feita na estrada entre a Feteira e o Sobral. Trata-se de uma estrada que estava extremamente necessitada de uma intervenção, cujos arranjos



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

foram feitos desde o princípio até ao fim, sendo que, na sua opinião, é assim que os trabalhos devem ser executados. Mas, alertou que, relativamente aos asfaltamentos nas diversas freguesias, tem que haver muita equidade. Não estão aqui em causa questões partidárias, mas considera que a forma como o Sr. Presidente da Câmara respondeu, na aludida sessão da Assembleia, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ribamar foi diferente da forma como respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara. Deste modo, chamou à atenção para isso. Acha que é preciso algum cuidado, em relação a esta matéria, porque as necessidades dos munícipes são comuns em todas as freguesias. Deste modo, pediu que haja a máxima equidade da Câmara neste tipo de situações, independentemente de transmitirem que são opções e/ou critérios dos presidentes de junta de freguesia. Acha que os presidentes de junta de freguesia, a nível técnico, podem não possuir toda a informação, pelo que terá que haver um controlo relativamente a esta situação. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Carla Custódio** referiu que no mandato passado foi utilizado um critério e neste mandato optaram por outro critério, cuja situação foi devidamente conversada com os presidentes de junta/união de freguesia. No mandato passado o respetivo critério era o seguinte: a verba anual disponível para investir em massas asfálticas era dividida pelas 8 freguesias de forma proporcional, tendo em conta a dimensão de cada freguesia. Depois cada presidente de junta/união de freguesia indicava a data que pretendia o respetivo asfaltamento. Neste mandato a posição que tomaram foi olhar para o concelho como um todo e não por freguesias. Isto até foi suportado com uma base técnica. Portanto, às vezes até havia freguesias que não tinham estradas em tão más condições como em outras freguesias. Mas como tinham direito a massas asfálticas era alcatroada uma determinada estrada, cuja necessidade não era assim tão premente. Por conseguinte, ela (vereadora Carla Custódio), a Coordenadora da COM, Eng.<sup>o</sup> Andreia Santos e o encarregado Rui Sousa, percorreram todo o concelho e elaboraram um plano de acordo com as necessidades que verificaram “in loco”. Portanto, ir-se-á agora para Vale Geões, depois será intervencionada a Estrada da Triperú, cuja via foi referida pelo munícipe João Alves, aquando da sua intervenção no período aberto ao público. Efetivamente, antes preparam as valetas tal como foi feito em Vale Geões. De seguida, ir-se-á intervencionar uma parte da Rua D. Sancho – Lourinhã. Também pretendem pavimentar um estacionamento na Praia de Porto Dinheiro e um troço na Ventosa. Em relação a este *modus operandi*, no princípio houve alguma resistência por parte de presidentes de algumas freguesias, mas pensa que os mesmos já perceberam que esta é a melhor solução ao nível do Concelho. Também têm que ter em consideração o volume de tráfego que existe nas respetivas vias. Uma ação que a Eng.<sup>a</sup>



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

Andreia Santos também fez foi mostrar o mapa ao Comandante dos Bombeiros no sentido de lhe pedir a opinião, porque os Bombeiros conhecem muito bem as estradas. Por exemplo, uma situação que o Comandante dos Bombeiros sugeriu foi que na estrada da Feteira fosse pintado o eixo no meio porque naquela zona existe muitas vezes nevoeiro. Pessoalmente desconhecia esta situação, mas os Bombeiros, como percorrem diariamente as estradas do concelho, têm conhecimento destes pormenores. E, por isso, sentem-se mais confortáveis que os mesmos analisem o mapa e deem a sua opinião. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que observou uma obra que está a ser executada, pensa que ao nível da rede de saneamento, na estrada principal no Moledo. Portanto, naquela zona quando chove muito também existe muitos problemas com as águas pluviais. Acha que tem a ver com uma passagem que existe por debaixo da estrada principal. Portanto, depois das respetivas obras estarem concluídas, terá que existir uma intervenção, ao nível do asfaltamento na aludida estrada. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Carla Custódio** referiu que ir-se-á fazer o rasgo desde a curva de São Bartolomeu dos Galegos até ao cruzamento do Moledo e Feteira. O Sr. Vereador **António Augusto Antunes** referiu que não põe em causa o critério utilizado atualmente para o asfaltamento das estradas. Mas pediu, se for possível, que entreguem aos vereadores do PSD o Plano sobre as vias que estão previstas ser alcatroadas, até porque têm também uma ideia sobre esta matéria e também é importante perceberem qual foi a evolução que houve a este nível. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Carla Custódio** referiu que irá fazer um mapa com a seguinte informação: - as vias que foram sinalizadas em 2014 pelos presidentes de junta de freguesia; - as vias que já foram alvo de intervenção; - as vias que não foram ainda alvo de intervenção e; - as vias que agora estão elencadas. Entretanto, já colocaram outras estradas na lista das prioridades, uma delas, por exemplo, trata-se de uma situação junto do cruzamento da Marteleira.

Nesta altura, o Sr. **Presidente da Câmara** informou que tinha que se ausentar da reunião, por um determinado período, pelo seguinte motivo: no dia de ontem transmitiram telefonicamente que há uma médica que, eventualmente, está disponível para se instalar no concelho da Lourinhã. Por conseguinte, irá agora reunir-se com a aludida médica, no sentido de a convencer a ficar no concelho da Lourinhã, transmitindo-lhe quais são os incentivos que o município está a oferecer aos médicos para esse efeito, sendo que a mesma terá que iniciar funções no dia 01.07.2019. Portanto, neste momento está à espera dele (Presidente da Câmara) a Dr.<sup>a</sup> Isabel Nogueira, Coordenadora da USF São Sebastião, dado que a mesma pretende apurar se a Câmara mantém os respetivos incentivos, cuja situação merece ser conversada. Se a aludida médica decidir ficar na Lourinhã, então estará praticamente garantido



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

um médico de família para todas as famílias do concelho da Lourinhã. Deste modo, irá receber a médica, pelo que ficará a presidir à reunião o Sr. Vice-presidente da Câmara, José António da Costa Tomé. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que o ponto que iria falar a seguir prende-se com o Dia do Concelho. Por conseguinte, se for possível, pretende aguardar que o Sr. Presidente da Câmara regresse para apresentar o aludido ponto. O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu afirmativamente, tendo-se ausentado nesta altura, pelo que assumiu a presidência da reunião o Sr. Vice-presidente, José António da Costa Tomé. De seguida o **Vice-presidente da Câmara** questionou ao Sr. Vereador Hernâni Santos se pretendia continuar a sua intervenção, tendo o mesmo respondido que, conforme tinha dito, o ponto sobre o qual falar (Dia do Concelho), prefere abordá-lo na presença do Sr. Presidente da Câmara. De seguida, o **Sr. Vice-presidente da Câmara** questionou se o Sr. Vereador António Augusto Antunes tinha algum assunto para apresentar no Período da Antes da Ordem do Dia, tendo o mesmo respondido que também irá aguardar pelo Sr. Presidente da Câmara. Seguidamente, o **Sr. Vice-presidente da Câmara** concedeu a palavra ao Sr. Vereador José Serra.

O Sr. Vereador **João Serra** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

**1.º - Vistorias às Praias:** Informou que as bandeiras azuis foram atribuídas às seguintes praias do concelho: Areia Branca, Areal Sul e Porto Dinheiro, tendo sido estas as praias que foram candidatas. O galardão, ao nível de “Praia Acessível, Praia para Todos”, foi hasteado nas seguintes praias: Areia Branca e Areal Sul. Este galardão foi, igualmente, atribuído, de forma condicionada, às praias de Valmitão e Peralta, dado que existem algumas questões de pormenor que estão, nesta altura, a ser resolvidas. Espera que até amanhã ou até sexta-feira as respetivas situações estejam resolvidas para hastearem a aludida bandeira. Quanto ao reconhecimento de “Praia com Qualidade de ouro”, informou que as praias que receberam este galardão foram as seguintes: Areia Branca, Areal Sul, Peralta, Porto Dinheiro e Valmitão.

**2.º - Reforço na segurança das praias:** Informou que no presente ano, atendendo a que houve uma alteração na legislação, tiveram que fazer um reforço ao nível dos nadadores-salvadores, cuja situação agradecem aos concessionários pelo aludido reforço ao nível da segurança das praias. Por conseguinte, na Areia Branca passou de 5 para 6 nadadores-salvadores. Também a praia de Valmitão passou 1 para 2 nadadores-salvadores. Em relação à piscina do parque de campismo, infelizmente este ano não conseguem ter 2 nadadores-salvadores todos os dias da semana. De segunda-feira a sexta-feira apenas vai estar 1 nadador-salvador. Envidaram vários esforços, mas, efetivamente, não conseguiram que estivessem 2 nadadores-salvadores de segunda-feira a domingo. Só será possível ter um





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

segundo nadador-salvador nos fins-de-semana para conseguirem salvaguardar o rácio, ao nível do plano de água e da vigilância no local.

**3.º - Plano de segurança - medidas de autoproteção** Referiu que há 2 reuniões atrás foi-lhe questionado se o Plano referido em título estava operacional no Parque de Campismo. Deste modo, informou que o mesmo está em pleno funcionamento, incluindo na zona da piscina, onde estão colocados todos os equipamentos necessários para o efeito (Ex. extintores). Portanto, o aludido plano encontra-se aprovado, estando tudo em conformidade.

**4.º - Convite do Turismo de Portugal – Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro:**

Informou que no dia de ontem, na sequência de um convite endereçado pelo Turismo de Portugal, a Câmara participou num evento organizado por esta entidade onde apresentou o Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro, cujo equipamento será objeto de uma requalificação nos próximos meses. Para o município foi muito gratificante perceber que o Turismo de Portugal selecionou este projeto, entre 121 projetos que aprovou, como exemplo naquilo que é uma requalificação ao nível do património. Portanto, tornar os destinos acessíveis para todos é um desígnio nacional, assim como na Lourinhã e, dentro das possibilidades, pretendem continuar a fazer este trabalho.

**5.º - Convite para participar no Access Tour:** Informou que a Câmara Municipal da Lourinhã e a OesteCIM foram convidadas para participar na *Access Tour*, sendo que é mais uma forma de terem mais formação e capacitação nesta área do Turismo. Como tal vão ter a possibilidade de entrar em outras plataformas que existem na internet, tornando a Lourinhã mais conhecida ao nível do Turismo Acessível.

O Sr. Vereador **José Tomé** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

**1.º - Deslocação à Deuil-la-Barre:** Informou que no dia de amanhã, ele (José Tomé) e a Vereadora Carla Custódio deslocar-se-ão oficialmente a Deuil-La-barre, no âmbito do Protocolo de Geminação que existe entre estes dois municípios. Este ano evoca-se 10 anos desta geminação. Irá ser inaugurada uma estátua cuja escultura foi feita por uma das escultoras que esteve no Moledo. A referida escultora encontra-se em Deuil-La-Barre desde de novembro de 2018, pelo que a estátua irá ser inaugurada no dia 29.06.2019. Informou ainda que, aquando do regresso, serão transmitidas, em sede de reunião do Órgão Executivo, mais informações sobre esta deslocação.



# CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

## **----- ORDEM DO DIA -----**

### **----- INFORMAÇÃO FINANCEIRA -----**

**PONTO 1 – a)** Controlo Orçamental – Receita, ano: **2019**, até ao dia **17/06/2019**; **b)** Controlo Orçamental -- Despesa, ano: **2019**, até ao dia **17/06/2019**;

**PONTO 2 -** Balancete das Grandes Opções do Plano por objetivos e Programas para o ano de **2019**, até ao dia **17/06/2019**.

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

### **----- EXPEDIENTE -----**

**PONTO 3 - INFARMED – AUTORIDADE NACIONAL DO MEDICAMENTO E PRODUTOS DE SAÚDE, IP - REGISTO N.º 5920/2019, DE 13/06:** - Presente o ofício n.º **18957/2019**, de 11/06, que em baixo se transcreve, relativo à decisão final de anulação da Deliberação do Conselho Diretivo do INFARMED, I.P., de 03.01.2019, sobre a transferência de instalações da Farmácia Correia Mendes:

*“No seguimento da V. pronúncia relativamente à audiência prévia formulada à Farmácia Correia Mendes, considerem-se V. Exas. devidamente notificados de que, por Deliberação do Conselho Diretivo do INFARMED, I.P., exarada em 31-05-2019, foi emitida a decisão final de anulação da Deliberação do Conselho Diretivo do INFARMED, I.P., de 03.01.2019, que aprovou a proposta de deferimento do pedido de transferência de instalações da Farmácia Correia Mendes e decidiu pela aptidão da nova localização proposta, nos termos previstos no n.º 2, do artigo 165.º do CPA.*

*Com os melhores cumprimentos,*

*Direção de Inspeção e Licenciamentos*

*A Diretora”*

A Câmara tomou conhecimento.

### **----- OUTRAS DELIBERAÇÕES -----**

**PROPOSTA:** - Presente a seguinte Proposta, que em baixo se transcreve:

**DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**

**PONTO 4 – N.º 7581/2019, DE 21/06 – CONTRATAÇÃO DE 7 ASSISTENTES OPERACIONAIS (AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA), PARA A CE; E 1 ASSISTENTE OPERACIONAL (CANALIZADOR), PARA A CAS:**

*“Considerando que o Mapa de Pessoal em vigor, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 16 de novembro de 2018, sob proposta da Câmara Municipal de 31 de outubro de*





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

2018, e alterado por deliberação da Assembleia Municipal de 19/06/2019, contempla os postos de trabalho abaixo indicados;

Considerando também a necessidade de garantir a ocupação destes postos de trabalho no início de julho;

Atendendo a que se encontram válidas as Reservas de Recrutamento constituídas para contratação de assistentes operacionais (auxiliares de ação educativa), após procedimento concursal aberto pelo Aviso nº 12099/2017, de 10/10 publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 195 Parte H, bem como, para contratação de assistentes operacionais (canalizador), após procedimento concursal aberto pelo aberto pelo Aviso nº 15286/2018, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 204, Parte H – Autarquias Locais, de 23/outubro/2018 - Ref.ª A;

Atendendo a que o art.º 55º da Lei do Orçamento de Estado para 2019, aprovado Lei nº 71/2018, de 21/12, não é aplicável ao Município da Lourinhã, podendo, assim, proceder-se a contratação de pessoal;

Atendendo ainda a que os montantes necessários à despesa estão devidamente cabimentados e comprometidos (documentos em anexo);

### **PROPONHO**

Que, ao abrigo do art.º 30º da Lei do Trabalho em Funções Públicas e do DL nº 209/2009, de 03 de setembro, a Câmara Municipal aprove a contratação de:

- 7 Assistentes Operacionais (auxiliar de ação educativa) para a Coordenação de Educação;
- 1 Assistente Operacional (canalizador) para a Coordenação de Águas e Saneamento.

Paços do Município da Lourinhã,

O Presidente da Câmara Municipal,

João Duarte Anastácio Carvalho, Eng.º

A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a proposta supratranscrita.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira**, **António Augusto Antunes** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

**INFORMAÇÕES:** - Presentes as seguintes Informações, que em baixo se transcrevem:

### **DA COORDENAÇÃO DE TURISMO E COMPETITIVIDADE:**

**PONTO 5 – N.º 7009/2019, DE 06/06 – ATRIBUIÇÃO DE FUNDO DE CAIXA E ABONO PARA FALHAS -**

### **NOVAS CONTRATAÇÕES:**

“Na sequência do procedimento concursal comum para contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, com a duração de 4 meses, para a categoria de assistente técnico, iniciaram funções a 01 de junho os seguintes trabalhadores:



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

- Hugo Filipe Lamas Azedo, a prestar serviço nos Postos de Turismo Municipais;
- Rui Pedro Carreira da Silva, a prestar serviço nos Postos de Turismo Municipais;
- Ana Maria Crespa dos Santos Gomes, a prestar serviço no Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro.

Assim, e verificando-se que os referidos trabalhadores irão proceder ao manuseamento de valores monetários pela cobrança de bens e serviços, solicita-se que os mesmos fiquem afetos aos respetivos postos de cobrança, bem como lhes seja atribuído o fundo de caixa no valor de 50,00 € para assegurar as respetivas cobranças.

Solicita-se também autorização para que lhes seja atribuído o suplemento remuneratório de abono para falhas, de acordo com o disposto no decreto-lei nº 4/89, de 06 de janeiro, na sua atual redação.

A assistente técnica

Ana Cristina Escalda”

A Câmara deliberou concordar com a informação supratranscrita, devendo-se agir de acordo com a mesma.

### **PONTO 6 – N.º 7140/2019, DE 11/06 – NOVAS CONTRATAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE FUNDO DE CAIXA E ABONO PARA FALHAS - PARQUE DE CAMPISMO DA PRAIA DA AREIA BRANCA:**

“Na sequência do procedimento concursal comum para contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, com a duração de 4 meses, categoria de assistente técnico, para a receção do Parque de Campismo da Praia da Areia Branca, iniciam funções a 12 de junho as seguintes trabalhadoras:

- Cátia Filipa Pedro Cabaço Matos
- Marta Alexandra de Oliveira Roldão

Assim, e verificando-se que as referidas trabalhadoras irão proceder ao manuseamento de valores monetários pela cobrança de bens e serviços, solicita-se que lhes seja atribuído o fundo de caixa no valor de 50,00 € para assegurar as respetivas cobranças.

Solicita-se também autorização para que lhes seja atribuído o suplemento remuneratório de abono para falhas, de acordo com o disposto no decreto-lei nº 4/89, de 06 de janeiro, na sua atual redação.

À consideração superior,

A assistente técnica

Ana Cristina Escalda”



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

A Câmara deliberou concordar com a informação supratranscrita, devendo-se agir de acordo com a mesma.

### PROCESSO JUDICIAL:

**PONTO 7** – Presente, para conhecimento, o seguinte PROCESSO JUDICIAL:

<p>REGISTO MYDOC N.º <b>5632/2019</b>, <b>DE 11/06</b></p> <p><b>N.º 18/04.4 BELSB</b> <b>N.º PROCESSO TCA</b> <b>SUL:13471/16</b></p> <p><b>RECORRENTE:</b> Carlos Manuel Antunes da Cunha Torres (e Outros)</p> <p><b>RECORRIDO:</b> Município da Lourinhã</p> <p><b>Contrainteressado:</b> Dancun, Ld<sup>a</sup></p>	<p><b>Notificação</b></p>	<p>A Câmara tomou conhecimento.</p>
--	---------------------------	-------------------------------------

### -----DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, URBANISMO E AMBIENTE-----

**PARECERES TÉCNICOS:** - Presentes os seguintes pareceres técnicos, que em baixo se transcrevem:

**PONTO 8 - REGISTO N.º 32/3877/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – DÁRIO JOSÉ VINAGRE PACHECO, CABCASALHER. DE JOSÉ ANTÓNIO DOS SANTOS PACHECO – PRÉDIO MISTO (ARTIGO 9.º - SECÇÃO J), SITO EM BARREIRAS DA FONTE – TOLEDO, VIMEIRO:**

*“Dario José Vinagre Pacheco, cabeça de casal da herança de José António dos Santos Pacheco, vem solicitar a emissão de parecer favorável à alteração dos proprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de venda. Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 18/2019**  
**Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019**  
**Pública**

*De acordo com a informação constante dos elementos anexos ao requerimento, é pretensão de Dário José Vinagre Pacheco, solicitar a alteração dos comproprietários, do prédio em referência, atualmente, e de acordo com informação constante no requerimento, copropriedade de dois, na proporção de 1/2 para cada um, mantendo-se a proporção e número de coproprietários, para efeitos de registo de venda da parte rústica do prédio misto, sito em Barreiras da Fonte - Toledo, freguesia de Vimeiro, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número **127/1986.05.15**, inscrito na matriz sob o artigo **9º** da secção **J**, da freguesia de Vimeiro, com uma área total de 2520 m<sup>2</sup>, sendo a área coberta de 200m<sup>2</sup>, matriz urbana nº1275, e a área descoberta de 2320 m.*

*Mais se informa que:*

- 1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.*
- 2. Não são expressamente indicados quais os atuais nem os futuros comproprietários, sendo contudo indicadas as proporções, conforme respetivamente a alínea e) e g), do ponto 1. do art. 21º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.*
- 3. Não é apresentada habilitação de herdeiros da herança de José António dos Santos Pacheco, nem comprovativo da legitimidade de Dário José Vinagre Pacheco, como cabeça de casal, da herança aludida.*
- 4. A certidão do registo predial exibida não apresenta como sujeito ativo os herdeiros ou herança de José António dos Santos Pacheco casado com Isabel, e sim, José António dos Santos Pacheco, casado com Ana Isabel Sequeira Mourão, em regime de comunhão geral.*
- 5. Para o prédio em referência, conforme informação constante do Sistema de Informação Geográfica – obras particulares, encontra-se a seguinte operação urbanística:*

*Referente a legalização de moradia*

*Requerente: José António Santos Pacheco*

*Processo: nº1483/2001*

*Alvará: nº58/2002*

- 6. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série, de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada em Espaços*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

*florestais – Áreas de desenvolvimento florestal. Sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.*

*Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, remete-se à consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e eventual posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente à alteração no número de proprietários, da parte rústica do prédio misto, sito em Barreiras da Fonte – Toledo, freguesia de Vimeiro, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número 127/1986.05.15, inscrito na matriz sob o artigo 9º da secção J, freguesia de Vimeiro. Não podendo resultar, da constituição desta propriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.*

*O Técnico Superior*

*Marina Pires, Arquitecta Paisagista ---- 2019-05-13”*

**Informação do Chefe da DOTUA, de 04/06/2019:** “Concordo com o parecer técnico.

*Proponho a emissão de Parecer Favorável, devendo o assunto ser remetido à apreciação e deliberação do Órgão Executivo, conforme disposto no n.º 1 do Art. 54º da Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, de 23 de agosto, afigurando-se não estar perante uma situação da qual resulte ou venha a resultar parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos nos termos do n.º 2 do Artigo 54º da citada Lei n.º 64/2003, pelo que não se vê inconveniente na aceitação da mesma.*

*O prédio para o qual se requiere a emissão de parecer é propriedade de 2 pessoa, passando a ser também de 2, na proporção de ½ para cada, com alteração apenas da titularidade.*

*Nestes termos e em caso de deferimento da Câmara Municipal, poderá emitir-se a respetiva certidão, constando da mesma que do ato proferido não poderá haver violação do regime jurídico da urbanização e edificação, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e demais regulamentos e normas urbanísticas aplicáveis.*

*O Chefe de Divisão, Luís Filipe Gomes, Dr. ----2019-06-04”*

**Despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 04/06/2019:** “ Deferido, devendo ser presente na próxima reunião de câmara p/ ratificação”.



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

A Câmara deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 04/06/2019, que deferiu, com base no parecer técnico da DOTUA de 13/05/2019 e no parecer do Chefe da DOTUA de 04/06/2019.

**PONTO 9 - REGISTO N.º 32/5303/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – ISaura DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS PEREIRA – PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “CASAL VALE MEDO” (ARTIGO 10.º - SEÇÃO LL), SITO NA RUA DO CLUBE, LOURINHÃ:**

*“Isaura da Conceição dos Santos Pereira, na qualidade de coproprietária (cabeça de casal e viúva de Jorge Serralha dos Santos), vem solicitar a emissão de parecer favorável à alteração do número de coproprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de venda.*

*Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:*

*É pretensão de Conceição dos Santos Pereira, na qualidade de coproprietária (cabeça de casal e viúva de Jorge Serralha dos Santos), do prédio em referência, conforme registo constante da descrição da certidão da conservatória do registo predial, solicitar a diminuição do número de coproprietários, atualmente copropriedade de três, em comum e sem determinação de parte ou direito, passando a copropriedade de dois, em comum e sem determinação de parte ou de direito, para efeitos de registo de venda, do prédio rustico denominado de “Casal Vale Medo” sito na rua do clube, freguesia de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número **11283/2016.03.04**, inscrito na matriz sob o artigo **10º** da secção **LL**, da freguesia de Lourinhã e Atalaia, com uma área total de 520,00m².*

*Mais se informa que:*

- 1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.*
- 2. Vem requerer a diminuição e não o aumento do número de coproprietários.*
- 3. Não são expressamente indicados quais os futuros coproprietários, conforme a alínea g), do ponto 1. do art. 21º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.*
- 4. Para o prédio em referência, conforme Sistema de Informação Geográfica e base de dados – obras particulares, não se encontram registos de operações urbanísticas.*
- 5. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com*





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

*alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série de 9 de março, e, com a declaração de retificação n.º750/2010, publicada em Diário da República, II série n.º74, de 16 de abril de 2010 e aviso n.º 4980/2012, publicado em Diário da República, II série n.º65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua totalidade em espaços urbanos – áreas de povoamento disperso, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.*

*Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei n.º64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, nomeadamente nos pontos 2. e 3., remete-se à consideração superior a possibilidade do envio para apreciação da Câmara Municipal, e posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente à alteração ao número de coproprietários do prédio rústico denominado, “Casal Vale Medo”, rua do clube, Lourinhã, união de freguesias de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número **11283/2016.03.04**, inscrito na matriz sob o artigo **10º** da secção **LL**, freguesia de Lourinhã e Atalaia. Não podendo resultar, da constituição desta compropriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.*

*O Técnico Superior*

*Marina Pires, Arquitecta Paisagista ---- 2019-06-12”*

**Informação do Chefe da DOTUA, de 12/06/2019:** “Concordo com o parecer técnico.

*Proponho a emissão de Parecer Favorável, devendo o assunto ser remetido à apreciação e deliberação do Órgão Executivo, conforme disposto no n.º 1 do Art. 54º da Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, de 23 de agosto, afigurando-se não estar perante uma situação da qual resulte ou venha a resultar parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos nos termos do n.º 2 do Artigo 54º da citada Lei n.º 64/2003, pelo que não se vê inconveniente na aceitação da mesma.*

*A certidão a emitir destina-se a instruir um o procedimento de compra e venda do prédio, passando o prédio a ser de 2 pessoas, sem determinação de parte ou direito.*

*Nestes termos e em caso de deferimento da Câmara Municipal, poderá emitir-se a respetiva certidão, constando da mesma que do ato proferido não poderá haver violação do regime*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

*jurídico da urbanização e edificação, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e demais regulamentos e normas urbanísticas aplicáveis.*

*O Chefe de Divisão, Luís Filipe Gomes, Dr. ----2019-06-12”*

**Despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 12/06/2019:** “ *Deferido, apresentar na próxima reunião de Câmara para ratificar.*”

A Câmara deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 12/06/2019, que deferiu, com base no parecer técnico da DOTUA e no parecer do Chefe da DOTUA, ambos de 12/06/2019.

**PONTO 10 - REGISTO N.º 32/5827/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – HERDEIROS DE MARIA ELIZETE REIS PERDIGÃO HENRIQUES – PRÉDIO RÚSTICO (ARTIGO 148.º - SECÇÃO J), SITO NA MOITA DOS FERREIROS:**

*“Herdeiros de Maria Elisete Reis Perdigão Henriques, vem solicitar a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de doação.*

*Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:*

*De acordo com a informação constante dos elementos anexos ao requerimento, é pretensão de herdeiros de Maria Elisete Reis Perdigão Henriques, solicitar a constituição de copropriedade, do prédio em referência, atualmente, e de acordo com informação constante no requerimento, propriedade de um, Carlos Afonso Henriques (cabeça de casal da herança de Maria Elisete Reis Perdigão Henriques) passando a compropriedade de dois na proporção de 1/2 para Osvaldo Perdigão Henriques e 1/2 para Carlos, Perdigão Henriques, para efeitos de registo de doação, do prédio rústico, sito em Moita dos Ferreiros, freguesia de Moita dos Ferreiros, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número **335/1986.06.19**, inscrito na matriz sob o artigo **148º** da secção **J**, da freguesia de Moita dos Ferreiros, com uma área total de 2000 m².*

*Mais se informa que:*

- 1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.*
- 2. É apresentada habilitação de herdeiros da herança de Maria Elisete Reis Perdigão Henriques, sendo Carlos Afonso Henriques, cabeça de casal, da herança aludida. Bem como procuração de Carlos Afonso Henriques na qual constitui procuradores, Osvaldo perdigão Henriques e Carlos Perdigão Henriques.*





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

3. *Para o prédio em referência, conforme informação constante do Sistema de Informação Geográfica (SIG) e base de dados – obras particulares, encontra-se registo a seguinte operação urbanística:*

*Referente a construção de muros*

*Requerente: José António Ferreira Henriques*

*Processo: nº421/1998*

*Alvará: nº165/1999*

*Mais se informa que de acordo com o ortofotomapa (2012) e restante informação constante do SIG Municipal se encontram diversas construções/edificações no artigo em referência, e dois números de polícia atribuídos, nº14 da rua Fonte Piçarra e nº3 da rua da Mata.*

4. *Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série, de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada na sua maior parte em Espaços urbanos –aglomerados urbanos de nível 2, encontrando-se uma pequena área, localizada a sudoeste localizada em espaços urbanizáveis – áreas de expansão dos aglomerados urbanos. Sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.*

*Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, nomeadamente no ponto 3., remete-se à consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e eventual posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente à constituição de compropriedade, do prédio rústico, sito em Moita dos Ferreiros, freguesia de Moita dos Ferreiros, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número **335/1986.06.19**, inscrito na matriz sob o artigo **148º** da secção **J**, freguesia de Moita dos Ferreiros. Não podendo resultar, da constituição desta compropriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos,*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

*assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.*

*Marina Pires, Arquitecta Paisagista ---- 2019-06-17"*

**Informação do Chefe da DOTUA, de 12/06/2019:** *"Concordo com o parecer técnico.*

*Proponho a emissão de Parecer Favorável, devendo o assunto ser remetido à apreciação e deliberação do Órgão Executivo, conforme disposto no n.º 1 do Art. 54º da Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, de 23 de agosto, afigurando-se não estar perante uma situação da qual resulte ou venha a resultar parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos nos termos do n.º 2 do Artigo 54º da citada Lei n.º 64/2003, pelo que não se vê inconveniente na aceitação da mesma.*

*A Certidão a emitir destina-se a instruir processo de escritura de doação do prédio, passando de 1 proprietário para 2, na proporção de 1/2 para cada após a celebração da mesma.*

*Nestes termos e em caso de deferimento da Câmara Municipal, poderá emitir-se a respetiva certidão, constando da mesma que do ato proferido não poderá haver violação do regime jurídico da urbanização e edificação, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e demais regulamentos e normas urbanísticas aplicáveis.*

*O Chefe de Divisão, Luís Filipe Gomes, Dr. ----2019-06-21"*

A Câmara deliberou deferir, com base no parecer técnico da DOTUA de 17/06/2019 e no parecer do Chefe da DOTUA de 21/06/2019.

**- Reentrou o Sr. Presidente da Câmara, reassumindo a presidência da reunião.**

**INFORMAÇÃO:** - Presente a seguinte informação, que em baixo se transcreve:

**PONTO 11 - REGISTO N.º 974/2019 – PROCESSO N.º 424/2009, EM NOME DE JOÃO MANUEL RODRIGUES E OUTRA, PARA CONSTRUÇÃO DE CONDOMÍNIO HABITACIONAL COM 12 FOGOS, EM RUA COVA DA RAPOSA - ATALAIA / DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE:**

*"Tendo em conta que por Deliberação de Câmara realizada em 2018.08.16, foi concedido um prazo de 20 dias para o titular se pronunciar sobre a provável decisão de Caducidade do processo aludido em epigrafe, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º do DL n.º DL n.º 555/99, de 16.12, na sua redação vigente (RJUE), conjugado com os artigos 121º e 122º, ambos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), veio do mesmo dentro do prazo, expor e requerer a emissão de taxas e levantamento do competente Alvará de Licença de Obras de Construção.*

*Em faxe do exposto, cumpre-me remeter à apreciação e deliberação do Órgão Executivo as exposições apresentadas.*



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 18/2019  
Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019  
Pública

*O Chefe de Divisão, Luís Filipe Gomes, Dr. ---2019-06-21"*

A Câmara deliberou, por maioria, dar provimento ao solicitado.

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** optou por não participar na votação do presente assunto, dado que se considera impedido, porque durante a discussão, foi vinculado o enquadramento urbanístico da envolvente onde se integram processos de licenciamento em que se encontra tecnicamente envolvido, retirando-se da sala.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **António Augusto Antunes** abstiveram-se.

O Sr. Vereador **José Tomé** votou contra, dado que: **a)** Considera que as dúvidas colocadas não foram devidamente esclarecidas, nomeadamente sobre a quem compete a execução de todos os acessos e o cumprimento dos prazos, por parte do promotor do processo, para requerer a emissão de taxas e levantamento do competente Alvará de Licença de Obras de Construção; **b)** Não concorda com o facto do Sr. Vereador Hernâni Santos ter participado ativamente na discussão, para depois optar por não participar na votação do presente assunto, alegando impedimento.

----- Os documentos fazem parte integrante da minuta da presente Ata. -----

----- Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade, exceto aquelas em que de outro modo se refere. -----

----- A Câmara deliberou aprovar em minuta todas as deliberações tomadas nesta reunião. ----

----- E, nada mais havendo a tratar, quando eram 18,00 horas, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi dada como encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por ele e por mim \_\_\_\_\_, A Assistente Técnico -----  
\_\_\_\_\_, O Presidente da Câmara. -----

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



# **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 18/2019**  
**Reunião Ordinária de 26 de junho de 2019**  
**Pública**